



Ata da reunião da Comissão de definição de meta gerencial de incremento de receita.

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, às dez horas e vinte minutos, na Secretaria Municipal de Finanças deu-se início reunião, nos termos do artigo 12 do regimento anexo ao decreto 8208 /2016 da Comissão para o atual exercício. Estavam presentes o Sr. Valtermir Pereira, presidente, os membros titulares Sr. Wilson Augusto, Sr. Adalberto Coppinni Filho e Sr. Alexandre Silva, os membros suplentes Sr. Marcelo Marcolino Neto e Sra. Rosangela A. Serafim e, o Sr. Cristiano P. Falco, Diretor da Fiscalização Tributária como convidado. Deu-se início a reunião relembrando que a meta de arrecadação para segundo semestre de dois mil e dezessete foi de dois por cento. Iniciou-se com a apresentação do balanço de ações de dois mil e dezessete e o programa de ações para dois mil e dezoito. Em relação ao balanço de ações, o ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis está com o Alexandre, foi efetuada a primeira avaliação e identificados pontos de ajustes voltados à liberação de guias com mínima interferência do atendente, de forma a viabilizar a emissão de guias pelos cartórios, pelo atendimento no Poupatempo e na Central da PMM. Foi discutido o ajuste de legislação referente ao Valor Venal Referência - VVR para viabilizar o lançamento do ITBI como lançamento de ofício associada à adaptação do sistema. Para o plano de ação de dois mil e dezoito o Sr. Alexandre vai continuar acompanhando os ajustes para a liberação da guia do ITBI nos moldes propostos. Foi discutida ainda a necessidade de mudanças na legislação, decreto 8040, para viabilizar as ações de fiscalização de todos os tributos, foi estabelecido prazo para apresentação das alterações até trinta e um de maio de dois mil e dezoito, ação coordenada pela fiscal Rosangela. Foi informado que haverá licitação para contratação de serviços de informática que ocorrerá em maio próximo para o sistema interno em substituição ao Thema. Ficou decidido que os projetos deverão prosseguir independentemente do processo licitatório. Discutiu-se também quanto à necessidade de verificar a infraestrutura física de equipamentos de informática. Em relação ao cadastro mobiliário em dois mil e dezessete foi realizado projeto piloto com verificação *in loco*, mas ações não tiveram prosseguimento devido a algumas adaptações que foram necessárias em razão da reforma administrativa, de necessidade de ajustes em infraestrutura, tais como veículos e equipamentos. Como projeto para dois mil e dezoito do cadastro mobiliário foi sugerido pelo próprio departamento, através de contatos com membros da Comissão, ação de verificação *in loco* de optantes do MEI e cruzamento de dados com os disponíveis no Portal do Simples, focando especial atenção em algumas atividades já identificadas como suscetíveis à inconsistência. Discutiu-se a necessidade de estabelecer critérios para promover fiscalização e o encerramento de ofício de empresas inativas, criar estratégias para melhorar o controle do cadastro mobiliário fiscal. Um dos pontos focais deve ser os prestadores de serviços da Prefeitura, estabelecendo linha de conduta para





aferir os contratos que são disponibilizados no site da Prefeitura por determinação legal, criar uma rotina de acesso entre a fiscalização tributária e o departamento responsável pela publicação dos contratos, esta atividade ficou aos cuidados da Fiscal Rosangela. Foi apresentada a seguir uma proposição da Diretoria de Cadastro Mobiliário quanto às ações específicas voltadas à publicidade visando melhorar a arrecadação com ações *in loco*, havendo a diretora do departamento informado que a Secretaria de Planejamento tramita proposição de alteração de legislação neste segmento abordando inclusive o aspecto tributário, desta forma, foi determinada a necessidade de verificar o conteúdo deste projeto para entender alcance e possível interferência na tributação, o Sr. Marcelo verificará junto à diretora do Cadastro Mobiliário este assunto. O Sr. Marcelo, gerente, estabelecerá fluxo de atividades e rotinas entre as quatro diretorias da Gerência de Gestão Tributária definindo os campos de atuação. Com relação à Cobrança Amigável foram efetuadas atividades específicas, como limpeza do banco de dados e cancelamentos, a partir dos processos administrativos que tramitaram pelo departamento, não havendo sido desenvolvido nenhum projeto específico em razão do processo de ajustes entre as atribuições da Dívida Ativa e Cobrança Amigável. O Sr. Secretário de Finanças apontou a importância de ajustar as atribuições e definir o campo de atuação da Cobrança Amigável, havendo sido dada ciência ao Sr. Secretário das dificuldades operacionais que tem ocorrido em razão da passagem da Dívida Ativa para o Jurídico. O Sr. Valtermir solicitou uma avaliação da situação e determinação da forma de atuação da Cobrança Amigável efetuando os ajustes necessários considerando as recentes mudanças. O Sr. Alexandre sugeriu, a partir de uma análise acurada dos relatórios disponibilizados pelos sistemas, focar a Cobrança Amigável nos maiores devedores, pois os débitos estão concentrados em aproximadamente com oitenta contribuintes, além de atuar diretamente sobre as pendências de pagamento do exercício anterior e, em procedimentos fiscais concluídos e sem suspensão de exigibilidade. O Sr. Adalberto ficou responsável por colocar em prática as sugestões apresentadas para cobrança amigável. Foi determinada a verificação e os devidos ajustes para que os relatórios reflitam a realidade em relação a duas situações específicas, situação um, a denominada compensação não tributária que gera algumas inconsistências nos relatórios contábeis e fiscais, por exemplo, como ocorre com a Suzantur e Lara; a situação dois, as baixas resultantes destas situações devem ser reconhecidas também no sistema GISS através de interface. O Sr. Secretário foi cientificado quanto uma série de proposições apresentadas em recente reunião do Consórcio do ABC em relação à tributação e compartilhamento de informações. O Sr. Adalberto, diretor da Cobrança Amigável relatou a dificuldade de atuação do departamento por falta de infraestrutura em informática. Avaliar os aspectos que necessita de revisão referente à lei complementar 21, elaborar um pacote para promover a alteração. Definir com o Jurídico uma rotina



especial e sumária de cobrança para tomadores que efetuam retenção e não recolhem. A fiscalização tributária no segundo semestre do exercício anterior começou ações referentes: ao controle de contribuintes do Simples Nacional, projeto que terá prosseguimento em dois mil e dezoito; ao monitoramento de construção civil de obras particulares e foi editada nova tabela para lançamentos de ofício; foram apresentados os resultados preliminares da ação conjunta referente às autoescolas nominando quantidades de ações, reclamações e lançamentos. Foi apresentada também as diretrizes e linhas gerais dos procedimentos a serem desenvolvidos pela fiscalização tributária, como encontro a ser realizado no segundo semestre de dois mil e dezoito entre Fiscalização, contadores e associações comerciais, visando estabelecer um vínculo de contato; fazer acompanhamento de repasses de cotas-parte e outros repasses; acompanhamento da Contribuição de Iluminação Pública; verificação de viabilidade de efetuar convênios com a Receita Federal do Brasil e o Banco Central. Foi apontada a solicitação do Corpo Fiscal para realização cursos de aperfeiçoamento, um foco especial é facilitar o entendimento do SPED que foi adotado pela Receita Federal do Brasil como substituto de escrituração contábil para alguns segmentos de contribuintes, o Sr. Secretário requisitou quantificar e especificar os cursos. Foi apresentada ainda a solicitação de viabilizar a implantação de processo tributário eletrônico, o Sr. Secretário determinou que seja elaborado estudo para verificar critérios de como, quanto, quando, para implantação do projeto. Foram apresentadas as dificuldades em relação ao atendimento ao contribuinte na Central de Atendimento, cuja infraestrutura é gerida pela Secretaria de Administração, contudo tem causado problemas nos atendimentos efetuados pelos departamentos que compõem a Gerência Tributária, o Sr. Secretário de Finanças determinou que se elabore um CI a ser encaminhada ao departamento competente, relatando o problema e solicitando os ajustes necessários. Encerrada a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, marcando a finalização da pauta para o dia seguinte, trinta de janeiro de dois mil e dezoito.


  
Valtermir Pereira  
Presidente

  
Alexandre Silva  
Titular

  
Marcelo Marcolino Neto  
Suplente

  
Wilson Augusto  
Titular

  
Adalberto Coppini Filho  
Titular

  
Rosangela A. Serafim  
Suplente